

Diário do Legislativo de 03/04/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATA

2.1 - 143ª Reunião Extraordinária

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Mesa da Assembléia

3.3 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.020/2001

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Kemil Kumaira, a vigorar a partir de 1º/4/2001, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.962, de 5/1/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23

Assistente de Gabinete - 8 horas

AL-23

Secretário de Gabinete - 8 horas

AL-18

Atendente de Gabinete II - 8 horas

AL-07

Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 27 de março de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA

ATA DA 143ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28/3/2001

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questões de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.271/2000; requerimentos dos Deputados Antônio Andrade, Sebastião Costa, Rogério Correia e Miguel Martini; deferimento; Acordo de Lideranças; decisão da Presidência; apresentação do Substitutivo nº 8; requerimento do Deputado Antônio Andrade; aprovação do requerimento; discursos dos Deputados Miguel Martini, Ermano Batista, Kemil Kumaira, João Leite, Mauro Lobo, Rêmolô Aloise, Paulo Piau, Sebastião Costa, Rogério Correia, Adelmo Carneiro Leão, Marco Régis, Alencar da Silveira Júnior, Agostinho Silveira e Antônio Andrade; votação do Substitutivo nº 8, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 a 7; votação das Emendas nºs 1 a 15; rejeição - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Afilton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pedro Pinduca - Rêmolô Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

O Deputado Gil Pereira - Solicito a V. Exa., Sr. Presidente, que interrompa a reunião por 10 minutos, já que as Lideranças estão em entendimento, para votarmos ainda hoje o Substitutivo nº 8.

O Deputado Márcio Kangussu - Estranho o pedido do Deputado Gil Pereira, já que estamos discutindo esse projeto, encaminhando e tentando o acordo há mais de 60 dias. Convocam-nos hoje, pela terceira vez, e agora ainda pedem a suspensão da reunião. Acho que o projeto tem de ser colocado em votação neste momento, e não se deve tentar mais nada. Todas as tentativas já foram feitas, a base de apoio do Governo está presente e quer votar. O Deputado Durval Ângelo está fazendo ironia porque está sem óculos, mas o que precisamos é votar. Acho inconveniente a suspensão dos trabalhos, já que tivemos bastante tempo para tentar o entendimento, que me parece inócua neste momento.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência entende o desejo do Deputado Márcio Kangussu, mas, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Gil Pereira, vai suspender a reunião por 1 hora, para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Proseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.271/2000, do Governador do Estado, que propõe a revogação da Lei nº 11.085, de 30/4/93, que extingue o Fundo SOMMA. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. O relator designado em Plenário, Deputado Antônio Andrade, opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 7, que apresentou, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5 e 7 a 15, ficando prejudicada a Emenda nº 6 e os Substitutos nºs 1 a 6. Foram deferidos os seguintes requerimentos de votação destacada: do Deputado Sebastião Costa, Líder do PFL, para os arts. 1º e 3º do Substitutivo nº 7; do Deputado Rogério Correia, Vice-Líder do PT, para a alínea "b" do inciso IV do art. 3º e o parágrafo único do art. 5º, ambos do Substitutivo nº 7; e do Deputado Miguel Martini, Líder do PSDB, para o art. 5º do Substitutivo nº 6.

- A seguir, vêm à Mesa e são deferidos pelo Sr. Presidente, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Antônio Andrade, em que pede a retirada do requerimento solicitando seja mantida a preferência regimental na apreciação do projeto e seja este apreciado pelo processo simbólico; e Sebastião Costa, Rogério Correia e Miguel Martini, em que solicitam a retirada dos pedidos de votação destacada.

Acordo de Lideranças

A totalidade dos Líderes com assento nesta Casa acordam em que seja recebido substitutivo do Colégio de Líderes.

Decisão da Presidência

A Presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembléia, 28 de março de 2001.

Antônio Júlio, Presidente

- Vem à Mesa:

SUBSTITUTIVO Nº 8 AO PROJETO DE LEI Nº 1.271/2000

- O Substitutivo em epígrafe foi publicado na edição de 31/3/2001.

O Sr. Presidente - Vem à mesa requerimento do Deputado Antônio Andrade, solicitando que o Substitutivo nº 8 tenha preferência na votação. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos encaminhar favoravelmente a esse Substitutivo nº 8, por considerar que vem atender as demandas, as reivindicações e as exigências que fizemos para votar o Projeto de Lei nº 1.271. A lógica do de Minas Gerais continuasse usufruindo desses recursos para saneamento básico, para infra-estrutura básica, para meio ambiente. Queríamos garantir que esses recursos não fossem alocados no caixa único do Estado e utilizados em outros objetivos. E foi exatamente a esse acordo que chegamos. Queria destacar a participação do Deputado Antônio Andrade, Líder do Governo nesta Casa, pela sua habilidade em fazer o papel de embaixador, de levar ao Governo as reivindicações da Oposição e conseguir sensibilizá-lo e fazer esse acordo junto à Oposição. Nós, da Oposição, não fazemos oposição pela oposição; fazemos oposição com um objetivo definido. Sempre dissemos isso. Continuamos a afirmar e comprovamos agora, quando ontem, numa entrevista coletiva, apresentávamos para a imprensa os pontos fundamentais das nossas reivindicações. Hoje, no substitutivo que vamos votar, estão contempladas aquelas reivindicações que fizemos ontem. Então, nos damos por satisfeitos com esse acordo. Tivemos que abrir mão de algumas posições, considerando que acordo se faz quando não há radicalismo de nenhum lado. E nunca houve radicalismo da nossa parte; houve, sim, posições das quais não abrimos mão.

Então, nesta noite, nós, como Líder do PSDB, nos damos por satisfeitos, por considerar que teremos aproximadamente R\$370.000.000,00 dos R\$549.000.000,00 existentes hoje, que é o patrimônio líquido de todos esses fundos. Aproximadamente R\$370.000.000,00 estarão resguardados no BDMG para, de acordo com a lei, serem aplicados de acordo com o Fundo Estadual de Saneamento Básico para a infra-estrutura urbana e o meio ambiente. Então, isso era o que estávamos defendendo desde o princípio. Admitimos até a possibilidade de uma parte desses recursos serem destinados ao acordo de contas com a COPASA. Aceitávamos até que uma parte desses recursos servisse para pagar os R\$60.000.000,00 que o Estado deve ao BIRD neste ano de 2001. Isso foi contemplado nesse substitutivo. Além disso, tínhamos a visão de que o BDMG, como Banco de fomento, que hoje detém um patrimônio líquido em torno de R\$160.000.000,00, de que esse capital, ao ser integralizado com a receita desses fundos, aumentasse sua capacidade de captação de recursos, quer seja no Brasil, quer seja no exterior, de aproximadamente R\$1.300.000.000,00 a mais. Isso significa dizer que o Estado pode beneficiar-se desse recurso para implementar o seu desenvolvimento, o seu crescimento. Então, além de garantir o saneamento básico, além de garantir as verbas para aquilo a que estavam destinadas quando foi feito o contrato celebrado com o BIRD, esses recursos estarão garantidos. E, além disso, ao capitalizarmos o BDMG, aumentamos a possibilidade desse Banco servir ainda mais ao Estado.

Então, o PSDB aceitou esse acordo considerando que interessa ao Estado, e não necessariamente ao Governo de Minas Gerais. Por esse motivo, a Bancada do PSDB votará favoravelmente a esse substitutivo, que é fruto do acordo dos Líderes desta Casa. Quem define é o Poder Legislativo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Ermano Batista.

O Deputado Ermano Batista - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, atendendo ao apelo do ilustre Deputado Irani Barbosa, a quem respeito e admiro profundamente, prometo falar apenas por meia hora, se o Presidente assim autorizar. Em reunião pretérita, dizia que o processo de obstrução oferecia a oportunidade de discutir a matéria até a exaustão, de decantar a idéia a fim de que ressurja cristalina. Felizmente, foi exatamente isso o que aconteceu. A idéia inicial foi discutida, o processo de decantação foi realmente concretizado. Hoje, chegamos à conclusão de que o Substitutivo nº 8 congrega idéias as mais diversas das bancadas da Oposição, representadas durante o processo de obstrução pelo PSDB, pelo PFL e pelo PT, assim como idéias de partidos que representam a base do Governo. Não houve imposição de nenhum lado. O Deputado Miguel Martini fez justiça ao ressaltar o procedimento do ilustre Deputado Antônio Andrade, verdadeiro embaixador das idéias das Oposições junto ao Governo do Estado. Isso é muito importante, porque é o confronto de idéias. E no confronto de idéias só quem não tem o que mostrar é que apela. Quem tem o que mostrar coloca na mesa das negociações, e assim surgem bons negócios. Estejam certos, senhoras e senhores, telespectadores, de que a votação do Substitutivo nº 8, que extingue os fundos sem extinguir as finalidades, é boa para o Estado, é boa para o nosso povo. Dessa forma, PT, PFL e PSDB, votaremos a favor do Substitutivo nº 8, por ser hoje o que há de melhor nesse projeto para Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Kemil Kumaira.

O Deputado Kemil Kumaira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta noite, o parlamento mineiro lavra um dos seus mais belos tentos, numa comprovação de que a democracia deva ser exercitada dentro da Casa do povo. Exatamente isso ocorreu quando a Oposição e a Situação, depois de analisar profundamente os termos da lei a ser votada, chegou a esse resultado, de que hoje nos orgulhamos, como Oposição, de termos tentado, através dos debates, lavrar esse tento, qual seja o aperfeiçoamento de uma lei remetida pelo Poder Executivo. Sr. Presidente, servir ao povo não é votar sem o aprofundamento necessário na análise dos termos da lei.

Desde o primeiro momento, atuamos no Plenário da Assembléia, muitas vezes incompreendidos por aqueles que desejavam que a votação fosse rapidamente decidida. Estou convencido de que o Poder Legislativo se engrandece todas as vezes em que há debate, às vezes acalorado, porque traz benefícios como resultado final.

Por essa razão, estamos dando o nosso apoio e vamos votar favoravelmente ao Substitutivo nº 8, numa comprovação de que buscávamos exatamente esse aperfeiçoamento da lei. Não houve da nossa parte, em momento algum, a intenção de fazer oposição apenas por fazer, para que pudéssemos nesta noite estar nos vangloriando de termos colocado algum sinal da Oposição dentro da lei, através de sugestões que tivéssemos apresentado.

Na verdade, todos somos vitoriosos, porque nos cabe a função de lutar para que o Poder Legislativo seja realmente um Poder independente e autônomo. É bem verdade que é necessário haver harmonia entre os Poderes, mas não podemos colocar o Poder Legislativo como uma filial do Palácio da Liberdade.

Quero cumprimentar a todos os Deputados, a todos os companheiros que estão hoje participando desta noite memorável, em que a democracia foi exercitada em todos os momentos. Cumprimento, em especial, a Liderança do Governo, o ilustre Deputado Antônio Andrade, que teve paciência suficiente para discutir os termos que a Oposição propunha. Realmente conseguiu o que buscávamos anteriormente: transformar o Poder Legislativo numa casa em que pudéssemos sempre trabalhar sem perder a paciência, buscando o que há de melhor. Foi um exercício da democracia, da tolerância, uma demonstração de capacitação para o exercício da vida pública.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria também de encaminhar favoravelmente ao Substitutivo nº 8 e creio que era essa a intenção da Oposição na Assembléia Legislativa. Para a assessoria da Oposição e para nós, seria muito mais simples votarmos "não" ao projeto, porque não estávamos de acordo com ele. Mas a Oposição deu uma contribuição, entendendo que era fundamental para Minas Gerais e para a preservação da política de saneamentos básico e ambiental os fundos e os recursos do BDMG. Estivemos aqui durante o tempo todo tentando mostrar isso para os nossos companheiros.

Em alguns momentos, o debate foi mais acalorado, mas acho que todos saem ganhando. Foi um sacrifício, mas o Estado ganha. A visão simplista de que o Deputado só tem de votar não atende ao povo, não atende à democracia. O parlamento é para parlamentar, e depois do debate alcançamos a vitória.

Essa vitória foi possível devido à tolerância dos Líderes e dos demais Deputados desta Assembléia, que entenderam a importância do debate para se chegar a um consenso. Não era tudo o que a Oposição esperava, mas foi o possível. Esta Assembléia está de parabéns.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no Plenário, nas comissões, entre a Oposição e a Liderança de Governo, discutíamos um dos projetos mais relevantes, neste momento, para o Estado. O referido projeto trata, de imediato, de um valor de R\$560.000.000,00. É um projeto que pode aliviar a responsabilidade do Estado em relação a seus débitos com diversas instituições e, no caso, com os diversos fundos. Discutíamos o futuro do BDMG, que já prestou relevantes serviços para o crescimento econômico-social de nosso Estado. Buscando o entendimento, atendendo às expectativas da Oposição e do Governo, creio que chegamos a bom termo. Por isso, acreditamos que o Banco do Desenvolvimento, nos próximos anos, terá condições de crescimento, agregando mais recursos para o Estado, voltando a ser aquele agente financeiro, do desenvolvimento, voltando a sua característica de fomento.

Esperamos que esta discussão tenha servido para relembrar a todos as dificuldades de caixa do Governo, que teve de vender 102 milhões de títulos federais para fazer face a suas despesas. O Governo tem que se preocupar com a situação estrutural das finanças do Estado, que, até o final do ano, deverá gerar um déficit na faixa de R\$1.000.000.000,00 a R\$1.200.000.000,00. Acho que esta Casa se houve com muita responsabilidade na presente questão. Peço a todos que votemos e aproveemos esse projeto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Rêmolo Aloise.

O Deputado Rêmolo Aloise* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos que fazer uma reflexão do antes, do agora e do depois. Há alguns dias, esta Casa ouviu vários oradores travando discussões para, ao final, chegarmos a uma conclusão sábia. Nesses últimos dez dias, todos nesta Casa, suprapartidariamente, aqui colocaram suas posições. Nós, do PFL, marcamos nossa posição, pautados no princípio do respeito à posição dos companheiros Deputados. Em 1994, criaram-se vários fundos, em 2001 a história é outra. A Assembléia, a partir desta noite, assume um compromisso muito maior com o Estado. Passa a ser diretamente a fiscalizadora de R\$370.000.000,00 que estão indo para o BDMG. É um ganho deste parlamento.

Esta tribuna, hoje, tenho certeza absoluta, ficou bem maior do que ontem, porque nós, Deputados desta Casa, entendemos que era hora de a Assembléia marcar na sua história que, quando se quer começar com independência, só se termina com interdependência. Nesta noite nos unimos e, nessa interdependência suprapartidária, demos ao Estado condições para que desenvolva o saneamento básico e os projetos que, até então, não foram feitos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes, gostaria de dizer da longa trajetória desse projeto, que, desde o ano passado, foi apresentado pelo Sr. Governador do Estado, visando à extinção do Fundo SOMMA. Na Comissão de Constituição e Justiça, quando começamos a discuti-lo, a intenção do Governo era buscar os títulos do Governo Federal, R\$93.000.000,00, para complementar o 13º salário do ano de 2000. De lá para cá, quanta discussão, quantos debates houve, chegando-se agora a esse Substitutivo nº 8, ao qual daremos o nosso voto favorável.

Estamos praticando, neste momento, a verdadeira democracia representativa. Num contraponto, quando a bancada de sustentação do Governo coloca aqui a sua posição com toda a clareza e a transparência, a Bancada da Oposição, para garantir esse estilo democrático que o povo de Minas Gerais exige, cumpre, com muita galhardia, a sua função, elevando, sem dúvida, este parlamento.

Sr. Presidente, não tenho dúvida de que demos um salto de qualidade nesta Casa, que sempre foi referência para todos os outros Estados com relação ao seu "modus operandi". Mas, neste acordo de hoje, meses depois de o projeto chegar a esta Casa, quem ganha, não tenho dúvida alguma, é o povo mineiro, com o BDMG podendo manter o programa de financiamento dos municípios. Mas, mais importante que isso é a independência do Poder Legislativo, que está em processo de consolidação. Parece-me que esse é o saldo mais positivo que temos de todo esse processo do Fundo SOMMA.

Queria também evidenciar que foram resguardados recursos para o Fundo de Desenvolvimento de Recuperação das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO. O FHIDRO não é um projeto originário do Governo, é originário desta Casa. E, hoje, o Governo o está defendendo, o que, normalmente, é coisa rara. Temos de dar mais um voto de louvor ao Governador Itamar Franco, que sancionou, no início de 1999, o FHIDRO, tão importante para o meio ambiente.

Também os fundos para o desenvolvimento rural foram resguardados nessa negociação. Esperamos que a CPI possa continuar e mostrar a todos os mineiros o resultado desse trabalho.

Para finalizar, quero evidenciar as pessoas que mais se empenharam nessa negociação. O Deputado Sebastião Costa mostrou, neste início de liderança em nosso partido, o PFL, que sua força realmente é expressiva. Acreditamos muito em V. Exa. no comando da nossa bancada. Também o Deputado Miguel Martini, do PSDB, empenhou-se bravamente.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão, do PT, desde a Comissão de Constituição e Justiça se empenhou para preservar o programa de saneamento e organização administrativa. Por último, o Deputado Antônio Andrade mostrou sua liderança junto ao Governo e a esse parlamento.

Também quero fazer uma nota de que gostaríamos muito de ter neste Plenário a presença do Deputado Sebastião Navarro Vieira, mas, na defesa do Regimento Interno desta Casa, foi abatido em uma discussão. Sebastião Navarro Vieira e nosso Presidente viveram um momento de infelicidade, mas, com certeza, haveremos de crescer porque esta Casa se engrandece acima das desavenças. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Maria José Hauelsen, quero, inicialmente, dizer aos senhores que estão nas galerias, que, naturalmente, têm interesse em alguns dos vetos da pauta, que a votação deste projeto permitirá que a Assembléia Legislativa possa avançar na direção da apreciação dos vetos, e, conseqüentemente, as próximas reuniões serão também, a exemplo desta, muito produtivas.

Quero fazer um registro especial da atuação dos Líderes das bancadas desta Casa e dos parlamentares que em todo o tempo buscavam o entendimento. Para o telespectador pode parecer que a Assembléia ficou algum tempo sem votar matéria, mas não se deve votar a toque de caixa, sem estar devidamente convencido, apenas praticando o ato de votar simbolicamente. Votar a toque de caixa nada acrescenta à vida do parlamento nem aos interesses do Estado.

O relator, Deputado Antônio Andrade, solicitou que o Substitutivo nº 8, com algumas pequenas modificações, tivesse preferência na votação. Ele sintetiza o esforço de todos os Deputados desta Casa em buscar um ponto de convergência. A verdadeira sabedoria não consiste em massacrar, em vencer, em ser vencedor ou vencido, mas sim em buscar sempre o entendimento, o ponto de convergência, em que os interesses maiores possam ser preservados.

Faço um registro da participação de V. Exa., Sr. Presidente, que cedeu seu gabinete para que pudessemos, há 10 ou 15 dias, tentar, com a direção do BDMG e com a Liderança do Governo iniciar ali o embrião para o entendimento que se consumou agora.

Registro também a participação da Liderança do Governo nesta Casa, que teve a sensibilidade de acompanhar e acolher a sugestão que elaboramos ontem, juntamente com os Deputados Miguel Martini e Adeldo Carneiro Leão. Quando fizemos isso, estávamos apenas sintetizando o pensamento de cada uma de nossas bancadas.

Quero, ao concluir, lembrar que, quando há um debate acalorado como o que ocorreu em função desse projeto de lei, ele serve também de lição para o debate de futuros projetos.

Espero que esse processo sirva de lição para todos nós, permitindo que o Regimento desta Casa e as Lideranças de nosso Presidente, das bancadas e de Governo sejam respeitadas, cada vez mais. Assim, estaremos caminhando para um parlamento forte, respeitado, consciente de suas responsabilidades e porta-voz da sociedade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, depois desse longo período de discussão do projeto, chegamos a um substitutivo, a partir do que foi possível ser acordado. Resulto de um espírito comum dos parlamentares de procurar dar transparência à alocação das verbas em fundos próprios, que foram aprovados por lei na Assembléia Legislativa, a partir de 1994, e que tiveram sempre a intenção de alocar verbas em programas sociais, assinados a partir de investimentos e empréstimos. O substitutivo, então, vem coroar essa preocupação de que as verbas sejam aplicadas no que a Assembléia Legislativa definir.

Isso não é o ideal, pois esta Casa, com seus parlamentares eleitos pelo povo mineiro para fiscalizar o Poder Executivo, não tem condições de fiscalização absoluta do conjunto dessa verba. Ao contrário do que alguns falaram, no fundo não há o que se comemorar, pois, na verdade, essa lógica da Lei de Responsabilidade Fiscal de terminar com os fundos criados, típica desse sistema neoliberal que vem sendo implantado no País, é perversa, pois verbas que estavam em fundos para a aplicação em programas sociais serão simplesmente liquidadas, e seus fundos, extintos. É como se pensássemos, por exemplo, em extinguir o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF -, quando, hoje, existe pressão da sociedade para a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico - FUNDEB. É como se pegássemos o dinheiro da saúde, resgatado a partir de uma discussão com a sociedade sobre a necessidade de se reservar esse dinheiro, para extingui-lo. Portanto, terminar com esses fundos é uma imposição da Lei de Responsabilidade Fiscal, numa lógica de um programa neoliberal de que Minas Gerais não pode fugir, e isso não é algo que devamos comemorar, já que é evidentemente um retrocesso.

Entretanto, a partir desse retrocesso anunciado, que significava, além de um retrocesso social, um retrocesso no que diz respeito à transparência no uso da verba, conseguimos, através do substitutivo, garantir maior clareza. Nesse sentido, compreendendo que não há o que comemorar, pois essa não é a lógica de aumento dos programas sociais, mas considerando-se que foi feito o possível para que haja transparência, votaremos favoravelmente a esse substitutivo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Adeldo Carneiro Leão.

O Deputado Adeldo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, destaco o trabalho valioso e importante das nossas consultorias, que nos ajudaram muito na elaboração do Substitutivo nº 8. Parabens todos os que contribuíram com a elaboração desse substitutivo.

Não apenas nós, que compomos as Bancadas do PSDB, do PFL e do PT, nos debruçamos sobre essa questão, mas também muitos outros parlamentares, que, durante todo o tempo, de diferentes formas, ajudaram-nos a avançar. O Deputado João Leite disse que não chegamos aonde queríamos. Isso é verdade, mas também não ficamos onde estávamos quando iniciamos a discussão. Avançamos e fizemos muitas conquistas importantes com a elaboração desse substitutivo e durante esse tempo de obstrução. Muitos ficam querendo que votemos às pressas. Hoje, estava conversando com o Presidente sobre isso. Devemos nos lembrar de que existem 14 mil leis no Estado e uma quantidade enorme delas são dispensáveis, ultrapassadas, caducas e, até, inconvenientes. No início da noite, discutíamos sobre a importância da modernização do Estado e do nosso esforço para melhorar a sua estrutura.

Quanto à extinção dos fundos, muito surgiu a respeito do significado do Estado e da realidade que estamos enfrentando. O Deputado Rogério Correia expôs que essas transformações são resultantes da imposição de uma lei de responsabilidade fiscal que tem alguns méritos. Podemos encontrar mérito em tudo, mas há também a perversidade e o lado negativo, que é muito mais negativo do que benéfico. Neste caso, apesar da extinção dos fundos, compreendendo que a lei estabelece barreiras intransponíveis, e procuramos criar situações para que esses recursos pudessem ser aplicados, dando continuidade aos programas e projetos de modernização do Estado e de saneamento. Isso significa que a Assembléia Legislativa conseguiu manter uma programação ideal da aplicação dos recursos na área do saneamento e da modernização do Estado.

Durante essa discussão, avançamos muito, porque fizemos um contraponto com uma realidade que está acontecendo no Estado, que é a questão do SOMMA, ou seja, do que já foi aplicado. Isso levantou inúmeras suspeitas. Por meio da CPI do SOMMA, já foram constatadas irregularidades graves na aplicação dos recursos.

Concluo que conseguimos avançar ao elaborar esse substitutivo, destacando o apoio, a sensibilidade e a atenção especial do Deputado Antônio Andrade, Líder do Governo. A obstrução ajudou-nos, inclusive, a chegar ao entendimento de acolher várias questões. Destaco duas delas, de grande valia para nós: a transparência e a garantia dos recursos serem aplicados, a partir de agora, com controle trimestral da Assembléia Legislativa. Isso é extremamente positivo. O Deputado Rêmo Aloise disse que esse processo aumentará a responsabilidade da Assembléia e, seguramente, o seu papel será o de não permitir que aconteça o que aconteceu no passado.

Há outra questão importante que estávamos discutindo hoje. Na CPI da Saúde, o Dr. Joaquim José da Cunha, Auditor-Geral do Estado, falava sobre o grande problema do Estado. Concorro e tenho dito isso há muito tempo. Trata-se da questão do controle e do planejamento. Lamentavelmente, os recursos têm sido aplicados sem controle e sem planejamento. O que também asseguramos nesse substitutivo foi que os recursos deverão ser aplicados de acordo com o Plano Estadual de Saneamento, com programas e projetos, ou seja, de maneira planejada. Somente dessa forma conseguiremos garantir que esses recursos virão beneficiar a sociedade.

Por isso, fico satisfeito, porque conseguimos chegar, apesar do tempo relativamente longo, aonde chegamos: a uma situação em que todos ganhamos, Assembléia Legislativa, Governo do Estado e, principalmente, o povo de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Marco Régis.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de contar com a paciência de todos por um breve tempo. Na verdade, por ironia, o projeto ficou em discussão aqui por dois dias. Mas, quando chegou a minha vez de discuti-lo, entrou o processo de obstrução, e não pude exercer meu direito. Primeiramente, gostaria de parabenizar os colegas. Depois de dias aguerridos, de embates travados em momentos delicados, chegamos a esse memorável consenso estabelecido no Substitutivo nº 8, que ora votaremos. Parabéns a todos.

O "Diário do Legislativo" do dia 19/4/96 registra a minha posição, e eu estava nesta Assembléia há pouco mais de um ano. O Projeto SOMMA havia sido constituído pela Lei nº 11.085, de 30/4/93, portanto na legislatura anterior à nossa entrada nesta Casa. Os Deputados que estão aqui há três mandatos ou mais participaram da votação desse projeto. Naquela época, sabíamos que a Bancada do PT, com sete Deputados, era a única que fazia oposição ao Governo Azeredo. Sejamos claros. Isso já foi dito e repetido.

Por um lampejo nosso, passamos a observar o SOMMA e encaminhamos vários requerimentos ao Governador do Estado, ao Secretário do Planejamento, Walfrido Mares Guia e ao Presidente do BDMG, Marcos Raimundo Pessoa, pedindo-lhes que sustassem o SOMMA, pelo menos naquele período de eleições municipais, de abril a 31/12/96.

Fizemos, ainda, outro requerimento, que até hoje não foi respondido pelo então Presidente do BDMG, Sr. Marcos Raimundo Pessoa, a quem, através da TV Assembléia, quero criticar e dizer que os homens passam, mas os Governos ficam. Itamar Franco criticou Azeredo, dizendo que deixou o 13º salário sem pagamento e que não o pagaria, mas viu que tinha que cumprir os ônus deixados pelo Governo anterior. Hoje, Itamar recebe os bônus de uma herança de 300 milhões em fundos. Portanto, em vez de discussões acaloradas, acho que precisamos ter muito discernimento, porque a política é esse jogo de vai-e-vem, de ida e volta, como sabemos.

Mas quero também dizer que o nosso requerimento ao Sr. Marcos Pessoa, o qual recebeu o nº 1.240/96, estava fundamentado no art. 62 da Constituição Estadual, o qual trata da competência privativa da Assembléia; e no art. 74 da mesma Constituição, o qual trata da fiscalização das contas do Estado. Naquela época, baseava-me em discurso proferido aqui, no dia 11/4/96 em três possibilidades de corrupção no Fundo SOMMA que deu no que deu: a CPI do Fundo SOMMA. Falava também sobre o princípio da administração pública de não se gastar mais do que se arrecada, que muitos municípios entrariam nesse projeto e depois não conseguiriam pagar.

Nesta legislatura, um projeto de autoria do meu Líder do PPS, Deputado Márcio Kangussu, foi aprovado e sancionado pelo Governador, estendendo de 120 para 240 meses o prazo de pagamento para muitos municípios que já estavam inadimplentes com o Fundo.

Ao fazer essa ressalva, quero simplesmente mostrar a intuição e coerência deste parlamentar, que, naquela época, era um Deputado solitário do PPS. Fui o único Deputado que veio à tribuna, mesmo o PT não percebendo isso. Denunciava a possibilidade de corrupção, de não-pagamento. Faço isso aqui para que os anais da Assembléia Legislativa demonstrem minha coerência naquela oportunidade e nesta. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, ontem fazia uma colocação nesta Casa: mudaram os atores, mas o cenário continua o mesmo. Tínhamos a Oposição, quero parabenizá-la porque conseguiu o que queria, e tínhamos uma base de Governo, que não tinha o número suficiente para a aprovação do projeto. Esse projeto volta, entra em discussão, e, como sempre aconteceu nesta Casa, encontramos um denominador comum.

Já foi falado que não há vencidos nem vencedores. Aqui temos um substitutivo com a assinatura de todos os líderes. Foi assinado pelos Deputados Paulo Pettersen, do PMDB; Miguel Martini, do PSDB; Sebastião Costa, do PFL; Cristiano Canêdo, do PTB; Marcelo Gonçalves, do PDT; Cabo Morais, do PL; Luís Fernando Faria, do PPB; Márcio Kangussu, do PPS; Elaine Matozinhos, do PSB; Djalma Diniz, do PSD; Adelmo Carneiro Leão, do PT; Luís Tadeu Leite, Líder da Maioria, e o Líder da Minoria, João Leite.

Não adianta hoje chegar e falar que foi feito isso ou aquilo. Acho que a Oposição fez o seu papel. Nesta Casa, o Governo pode ver hoje quem é base, quem é Governo e quem não é. Tivemos o primeiro embate. A Casa vai começar a andar, vai voltar a andar, correr, caminhar. Tenho certeza de que vai valorizar, acima de tudo, o parlamento mineiro.

Desta tribuna, gostaria de parabenizar o Líder do Governo, Toninho Andrade, porque conseguiu mostrar independência em sua liderança. A partir do momento em que pôde sentar com esses líderes, negociar, falar sem consultar, mostrou a independência de um Líder de Governo que valoriza, acima de tudo, o parlamento, acima de tudo, seus liderados.

Como base de Governo nesta Casa, gostaria de agradecer a independência de Toninho e a independência desta Presidência, desta Mesa, que, em todos os momentos de crise, de embate, soube conduzir os trabalhos, apesar das gozações, dos achincalhamentos por parte da Oposição. Muito obrigado. Está de parabéns o parlamento mineiro, esta Casa. Mais uma vez, repito, só mudou o lado. Os times continuam os mesmos: Oposição e Situação, que acabaram chegando a um acordo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Agostinho da Silveira.

O Deputado Agostinho Silveira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, pessoal da galeria, assessores, assisti ao grande espetáculo da democracia neste início de exercício, aqui na Casa do povo das Alterosas. Assisti aos Deputados da Oposição cumprirem estritamente o dever que lhes competia na Casa do Legislativo de Minas Gerais.

Deram, sim, contribuição relevante neste momento em que o povo mineiro esperava dos seus representantes o cumprimento estrito do dever. Entretanto, jamais vamos permitir que se desprezem os companheiros que aqui participaram e deram soberba contribuição à aprovação, ao acordo do projeto ora objeto da nossa votação. E gostaria de voltar um pouquinho atrás e lembrar aos Deputados da Oposição que essa situação determinada a Minas e ao Brasil deve-se exclusivamente à caneta do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, ao assacar contra o povo brasileiro a Lei de Responsabilidade Fiscal, determinou a extinção dos fundos e de todos os programas, nas entrelinhas de uma lei espúria, a serviço dos organismos internacionais, vendendo mais uma vez o Brasil, tentando usurpar o sacrifício do nosso povo. O Governo teve a coragem de voltar atrás e, ainda na Comissão de Constituição e Justiça, rever a sua posição, acatar a sugestão que lhe foi dada e, obedecendo aos reclamos do povo, fazer o encaminhamento dos fundos para o BDMG. E, graças a Deus, Minas ainda tem o seu organismo financeiro para manter e encetar o projeto que estamos votando nesta noite. E aqueles Estados que não contam com um Banco de desenvolvimento?

Gostaria, Srs. Deputados, de dizer que todos deram a sua contribuição, mas tem que haver o reconhecimento do trabalho do Presidente da Casa e, principalmente, do Líder do Governo, Antônio Andrade, que, com tranquilidade e equilíbrio, soube conduzir os Deputados, principalmente a Bancada do PT, que deu a sua contribuição, gerando os mecanismos para que o programa pudesse ser cumprido.

Mas gostaria ainda, ao encerrar as minhas palavras, de levá-los à reflexão, porque os vândalos que são capazes de quebrar as imagens de suas próprias aspirações se encontram encastelados lá em Brasília, porque Minas ainda tem no nome de Itamar Franco a bandeira da seriedade, da honradez e da dignidade. Ninguém pode, aqui em Minas, assacar nada contra a moral, a seriedade e a dignidade do Governador, para o bem do povo de Minas e do Brasil. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Antônio Andrade.

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, galeria, o que vi hoje neste parlamento foi o exercício da democracia, foi o estilo do povo mineiro na discussão dos projetos que interessam, que vai até à exaustão, mas que procura sempre o que é melhor, não para o Governo, não para a Oposição, mas para o Estado. Não era um projeto simples, era um projeto que tratava de quase R\$600.000.000,00, praticamente a arrecadação de um mês do orçamento do Estado. E o projeto foi conduzido com independência. Posso afirmar a todos os Deputados que, como Líder do Governo, em momento nenhum desse processo o Governador ou mesmo o Secretário da Casa Civil fez nenhuma pressão a fim de aprovar desta ou daquela forma, entendendo que este parlamento tem toda a independência para votar, mesmo que seja contrário ao seu pensamento político.

Agradeço ao Governador. Até agora, afirmo como Líder do Governo, juntamente com os Vice-Líderes, com o Líder da Maioria e com todos os Líderes dos partidos que compõem a base de Governo, não houve, por parte do Executivo Estadual, pressão para votar um projeto que diz respeito a quase R\$600.000.000,00. Poderia o Governo, com a extinção dos fundos, ficar com todos os recursos, encaminhar para esta Casa um projeto destinando todos os recursos para seu caixa único, uma vez que estaria cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Preferiu dar continuação a um programa que trata do saneamento básico, da infraestrutura de nosso Estado, destinando quase todas as suas parcelas, a maioria dos recursos, ao cumprimento desses programas, apesar de, no ano que vem, o Governo ter que pagar praticamente US\$60.000.000,00 anuais até 2008, para cumprir os empréstimos que os fundos contraíram junto ao BIRD. O Governo deixou que se destinassem praticamente 400 milhões para a continuação do programa, que hoje tem atingido quase todos os municípios. Este parlamento conseguiu melhorar muito o projeto inicialmente proposto, na busca do entendimento. Como diz o Deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto é transparente, e esta Casa poderá, a todo instante, fiscalizar os atos que determinarão o cumprimento do programa de saneamento básico do Estado com esses recursos. Serão encaminhados trimestralmente todos os relatórios. E esta Assembléia, que não apenas legisla, terá também a oportunidade de exercer seu principal papel: o de fiscalização. Este parlamento teve a paciência e o cuidado de apreciar um dos melhores projetos já votados nesta Casa nos últimos seis anos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 8, sem parecer, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 8, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 a 7. Em votação, as Emendas nºs 1 a 15, que receberam do relator de Plenário parecer pela rejeição. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.271/2000 na forma do Substitutivo nº 8. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 29, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, ficando desconvocadas as reuniões extraordinárias da mesma data, às 9 e às 20 horas. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 256ª reunião ordinária, em 3/4/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 1.631/2000, da Deputada Elaine Matozinhos, solicitando seja encaminhado ao Secretário da Fazenda pedido de informações sobre o repasse ao Tribunal de Justiça de Minas dos valores recolhidos ao Tesouro do Estado a título de taxa de fiscalização. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.653/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações acerca do convênio celebrado entre o Estado e o Banco do Brasil com a finalidade de cobrança da dívida ativa estadual e sobre outras questões que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.654/2000, do Deputado Miguel Martini, em que solicita se peça ao Secretário da Casa Civil a relação das aeronaves do Governo, com especificação da origem, destino e duração de cada missão no período correspondente aos últimos três meses. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.689/2000, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do BDMG pedido de envio a esta Casa de cópias dos contratos e anexos referentes a verbas destinadas e liberadas para a cidade de Caratinga por meio do Fundo SOMMA. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.690/2000, do Deputado Miguel Martini, em que solicita seja encaminhado ao Procurador-Geral da Fazenda Pública Estadual pedido de envio a esta Casa da documentação relativa às transações realizadas pelo Governo do Estado, a partir do exercício de 1998, que envolvam a Fazenda Pública Estadual. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.720/2000, da Deputada Elaine Matozinhos, em que solicita seja encaminhado ao Secretário da Fazenda pedido de informações sobre os motivos de as concessionárias de veículos realizarem o recolhimento do ICMS relativo à importação de veículos automotores. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.726/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja encaminhado ao Superintendente-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais pedido de envio a esta Casa dos documentos que relaciona, na forma que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.738/2000, do Deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja encaminhado ao Secretário da Fazenda pedido de informações sobre a cobrança de honorários advocatícios pela Procuradoria Geral da Fazenda Estadual, o prosseguimento ou não da prática de cobrança de honorários sobre valores não ajuizados e inscritos em dívida ativa, além de outras questões que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.740/2000, do Deputado Pastor George, em que solicita seja encaminhado ao Secretário da Saúde pedido de informações quanto à aplicabilidade da CPMF desde sua implantação. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.757/2000, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Administração pedido de informações sobre a progressão dos servidores estabelecida no Decreto nº 36.033, de 1994, e sobre a atual situação do pessoal da extinta MinasCaixa e do Quadro do Magistério que optou pelo Quadro Permanente em 1987. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 64, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos policiais civis e militares, aos militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 66, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos incisos IV e V do art. 17; incisos IX, X e XX do art. 22; arts. 47 e 48; inciso VII do art. 49; §§ 1º e 2º do art. 66 e § 2º do art. 86; art. 100; § 1º do art. 120; arts. 169 e 170; §§ 7º e 8º do art. 171; art. 310; parágrafo único do art. 316; §§ 1º, 2º e 3º do art. 325; arts. 335, 339 e 341; e pela rejeição do veto ao inciso I do art. 8º; art. 185; alínea "c" do inciso IV e inciso XV do art. 190; § 2º do art. 203; e arts. 204, 207, 212, 337 e 338.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.607, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão ou entidade sob o controle direto ou indireto do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 4º e pela manutenção do veto aos §§ 1º, 2º e 3º de seu art. 5º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.631, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 3º e seu parágrafo único e aos incisos V e VI do art. 4º e pela manutenção do veto aos incisos XX, XXII e XXIII do art. 4º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.632, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 18 e pela manutenção do veto aos §§ 2º e 3º do art. 19.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.681, que acrescenta dispositivo ao art. 21 da Lei nº 11.539, de 22/7/94, que dispõe sobre a UEMG. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.682, que determina a inclusão de conteúdos e atividades destinados à formação de motoristas nos currículos do ensino médio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.687, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.689, que acrescenta dispositivos à Lei nº 13.414, de 23/12/99, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - CODEI. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.691, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 65, que altera dispositivo da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.604, que dispõe sobre procedimentos especiais para prevenção e detecção de casos de Lesão por Esforço Repetitivo - LER. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.605, que dispõe sobre o Programa Permanente de Renda Mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de criança ou adolescente abandonados. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.609, que dispõe sobre a impressão do calendário de vacinação infantil nas embalagens de leite tipos C e B. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.634, que altera dispositivos das Leis nºs 12.730, de 30/12/97, 13.243, de 23/6/99, 12.989, de 30/7/98 e 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências. Remissão de Créditos Tributários. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.655, que dispõe sobre o controle e o licenciamento dos empreendimentos e das atividades geradoras de resíduos perigosos no Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.661, que dispõe sobre a estruturação e a organização de sistema de referência hospitalar. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.662, que dispõe sobre o Programa Estadual de Saúde Vocal. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.665, que institui o Programa de Higiene Bucal na rede estadual de ensino fundamental. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.692, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.496, de 5/4/2000, que dispõe sobre a implantação do Projeto Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI-Cidadão. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA, A REALIZAR-SE ÀS 17 HORAS DO DIA 3/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Requerimentos nºs 1.854/2001, do Deputado Durval Ângelo; 1.856/2001, do Deputado Pastor George; 1.884/2001, do Deputado Anderson Aduato; 1.981/2001, do Deputado Alberto Bejani; 2.006/2001, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e 2.018/2001, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 61ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 3/4/2002001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 33/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, e 32/2000, do Deputado Ermano Batista; Projetos de Lei nºs 1.305/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 1.340/2000, do Deputado Luiz Menezes; 1.402/2001, do Deputado Marco Régis; 1.302/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.311/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.328/2000, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.335/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.351/2001, do Deputado Márcio Cunha; 1.357, 1.361 e 1.362/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.370/2001, do Deputado Pedro Pinduça; 1.372/2001, do Deputado Rogério Correia; 1.376/2001, do Deputado Agostinho Silveira; 1.378/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.381/2001, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.389/2001, do Deputado Pedro Pinduça; 1.393/2001, do Governador do Estado, e 1.406/2001, do Deputado Gil Pereira; Projeto de Resolução nº 1.355/2001, do Deputado Durval Ângelo.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.296/2000, do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.342/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.413/2001, do Deputado Wanderley Ávila.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 68ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 4/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.045 a 2.068/2001, da Comissão de Direitos Humanos, e 2.070/2001, do Deputado Kemil Kumaira.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 58ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 4/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.327/2000, do Deputado Dimas Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.042/2001, do Deputado João Batista de Oliveira.

Finalidade: discutir, em audiência pública, o fechamento da fábrica da Parmalat na cidade de Itamonte e a necessidade de equiparação da alíquota incidente sobre o leite no Estado (12%) com a cobrada em outros Estados (7%) e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: representantes da FAEMG, da FEDERAMINAS, da OCEMG, do IMA, da EPAMIG, do Sindicato dos Funcionários da Parmalat de Itamonte, do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Minas, do Sindicato dos Produtores Rurais de Itamonte, da FETAEMG, da FIEMG e do Movimento das Donas de Casa; Vereadores à Câmara Municipal de Itamonte; representantes das Cooperativas Itambé, dos Produtores Rurais de Curvelo, de Corinto, de Sete Lagoas, de Cordisburgo e da Cooperativa Agropecuária do Vale do Rio Doce; Srs. Ney Romanelli, Prefeito Municipal de Itamonte; Raul Belém, Secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Augusto José Trópia Reis, Secretário da Fazenda; Ivaldo de Almeida Júnior, da Parmalat de Itamonte, Sérgio Paletti, de Itamonte, e Rodrigo Alvim, Presidente da Comissão de Pecuária de Leite da FAEMG, em Volta Grande; Antônio Lima Bandeira, Secretário Adjunto da Agricultura, e Geraldo José Gomes, Secretário Adjunto de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da CPI da Saúde, a realizar-se às 15 horas do dia 4/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Frederico Penido Alvarenga, Secretário de Recursos Humanos e Administração; Maria do Socorro Souza Vianna Pereira, Diretora da Superintendência Central de Administração de Transporte, Imóveis e Serviços da Secretaria de Administração; Ana Cleide Oliveira Ávila, Diretora de Pessoal da Secretaria de Administração, e Maria Celeste Cardoso Pires, Diretora da Superintendência Central de Administração de Materiais da Secretaria de Administração.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da CPI do FUNDEF, a realizar-se às 10 horas do dia 5/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Pettersen, Alencar da Silveira Júnior, Amílcar Martins e Djalma Diniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/4/2001, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Doutor Viana, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/4/2001, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Presidente.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2001.

Cabo Morais, Vice-Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Doutor Viana, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/4/2001, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre a Emenda nº 1, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000, em 1º turno, no Plenário.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2001.

Cabo Morais, Vice-Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

223ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 27/3/2001

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, Deputado Antônio Júlio, demais membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente, quero dizer que solicitei ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia, na forma regimental, que sejam transcritos nos anais desta Casa as reportagens que o jornal "Estado de Minas" vem publicando em sua edição diária, desde domingo, 25 de março, abordando a transposição das águas do rio São Francisco, tema da maior relevância e interesse não só de Minas Gerais, como também de todo o País. É sobre esse tema que iremos falar hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputadas, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais promoveu, em junho do ano passado, um caloroso debate sobre a transposição das águas do rio São Francisco. Aqui estiveram presentes representantes dos mais diversos segmentos sociais, direta ou indiretamente envolvidos com o tema. A sociedade despertou para o assunto.

Voltamos hoje ao tema, tão importante como atual, num momento em que o Ministério da Integração Nacional dá início a uma série de audiências públicas para debater a polêmica transposição de suas águas e que nos leva a uma reflexão profunda sobre a conveniência ou não do projeto. A primeira audiência será na próxima sexta-feira, no CREA, próximo à Assembléia.

Quero chamar a atenção dos nobres colegas e demais presentes para a importância de analisarmos a viabilidade dessa iniciativa, levando-se em conta seus aspectos técnicos e jurídicos, os impactos sociais e ambientais e a expectativa e demandas dos Estados envolvidos.

Não podemos nos esquecer de que 80% da vazão do rio São Francisco está em território mineiro. E para que o nosso Estado continue a garantir essa vazão, é fundamental recuperar a sua bacia. A destruição das matas ciliares, a poluição e o assoreamento estão colocando em sério risco a vida do rio e de seus afluentes.

Pelo andar da carruagem, em futuro não muito distante não haverá águas a serem transpostas.

Mineiro de nascimento e chamado o Rio da Integração Nacional, nem de longe o rio São Francisco exhibe mais a rica flora nativa e a fauna ribeirinha que eram o orgulho de todos nós. O rio de tantas histórias, o São Francisco, não terá forças, sozinho, para resistir às agressões que fatalmente o destruirão em pouco tempo.

Os recursos hídricos do Velho Chico vêm sendo minados pela destruição que, há décadas, ocorre ao longo de sua bacia.

O projeto de transposição de suas águas e a utilização dessas águas em locais distantes implicarão, necessariamente, grandes obras de engenharia e grande consumo de energia. Esse dispêndio de recursos financeiros, numa conjuntura nacional de escassez de recursos para novos investimentos, poderia ser aproveitado para a conclusão de projetos estratégicos – como o Jaíba, o Jequitaiá, o Gorutuba – e mesmo para a recuperação e revitalização do próprio São Francisco.

Essa recuperação deverá resultar, prioritariamente, em benefício das populações ribeirinhas, especialmente das que habitam o Polígono das Secas, situado em Minas.

Medidas não faltam - e todos os segmentos que participaram do seminário no ano passado foram unânimes em apontá-las: apoiar programa de microbacias; melhorar a fiscalização do IEF e do IBAMA; impedir o desaguamento de esgotos; preservar as nascentes dos afluentes; e promover o reflorestamento com matas de topo e ciliares. Medidas não faltam, Sras. e Srs. Deputados. O que falta é vontade política do Governo Federal de resolver os problemas do rio São Francisco por via de um planejamento integrado onde se determine se há disponibilidade de recursos hídricos ou não, em que seja proporcionada uma ampla discussão entre as partes envolvidas e, finalmente, em que sejam discutidas as alternativas, antes de se bater o martelo optando pela transposição.

O nosso São Francisco, na situação de abandono em que se encontra, muito em breve deixará de ser o rio da unidade nacional, pois sem vultosos investimentos não conseguirá sobreviver. Para transpor suas águas e beneficiar o Nordeste do País, é necessário garantir primeiro a sua sobrevivência aqui em Minas".

Sr. Presidente, no jornal "Estado de Minas" de hoje, o engenheiro sanitarista Dr. Mauro da Costa Val, Presidente do Comitê da Bacia do Rio Paraopeba, a qual integra 52 municípios, disse que vai levar adiante um processo para que o Governo Federal não possa fazer a transposição antes de realmente adotar medidas para melhorar o rio no Estado. Solicito à Presidência da Casa que, juntamente com esse Comitê, entre nesse processo, para impedir o Governo Federal de fazer a transposição sem antes cuidar das nascentes dos afluentes do rio São Francisco.

O Deputado Wanderley Ávila (em aparte) - Deputado Gil Pereira, queremos cumprimentá-lo por sua lucidez e clarividência, manifestadas em um pronunciamento tão brilhante e oportuno. Existe um trabalho na biblioteca desta Casa, elaborado pela CIPE-São Francisco, da qual fizemos parte. Naquela época, já levantávamos, para somarmos a outros existentes, o problema da agonia do São Francisco. Inúmeras vezes ocupamos a tribuna para fazer essa denúncia.

V. Exa. trata do assunto em um momento muito oportuno, porque, embora o Dr. José Carlos, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, tenha assegurado que a transposição das águas jamais acontecerá sem haver uma revitalização do rio São Francisco e de seus afluentes, que agonizam ou morrem, é importante ressaltar a essência do relatório final da Comissão Especial desta Casa, que teve como relator o Deputado Carlos Pimenta, favorável à transposição somente após a revitalização do São Francisco.

Sendo assim, aliamo-nos à fala de V. Exa. e o cumprimentamos por seu brilhantismo. Realmente, devemos nos aliar ao Comitê do Rio Paraopeba. Além disso, queremos levar ao conhecimento de V. Exa. que, na reunião da Mesa na manhã de hoje, ficou acertada a realização de um ciclo de debates nesta Casa, que contará com a participação de todos os segmentos da sociedade, barraqueiros ou não, que tenham a mesma preocupação que nós. Muito obrigado.

O Deputado Gil Pereira - Obrigado. O Deputado Wanderley Ávila, que é um barraqueiro do rio São Francisco, tem lutado muito por essa causa. Se Deus quiser conseguiremos esse benefício para Minas Gerais.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Faço coro com os Deputados Wanderley Ávila e Gil Pereira. Assuntos dessa importância não podem prender-se apenas a determinado momento em que a Casa realiza audiência pública. É importante que estejamos sempre reavivando esses assuntos, que influenciarão toda a sociedade de Minas. Cumprimento V. Exa. A transposição das águas do São Francisco precisa, acima de tudo, da aquiescência do povo mineiro. Das águas do Velho Chico, 80% nascem no nosso Estado. Nós, da região Norte de Minas, conhecemos as dificuldades por que está passando a população. Há projetos a serem executados há anos, como o da construção da barragem do rio Jequitaiá, que certamente trará grande benefício para a região. Essa barragem conterà e regularizará as águas do médio São Francisco.

Estamos assistindo à agonia do rio Verde Grande, um dos principais afluentes do rio São Francisco. Inscrevi-me hoje para falar sobre esse rio. Parece-me que não haverá tempo para isso. Aproveito a oportunidade para dizer que o rio Verde está morrendo, e nada está sendo feito. O jornal de Montes Claros, há quase dois anos, vem empreendendo uma campanha para salvar o rio Verde Grande, mas não se vê atitude sendo tomada nesse sentido. A barragem de Três Marias está operando com quase 30% da sua capacidade. É preciso que o Governo Federal volte as suas vistas para o rio Verde Grande e para Minas Gerais, porque, de acordo com o que foi decidido nessa audiência pública de que V. Exa. participou, seremos os principais defensores da idéia de se fazer a transposição, mas com responsabilidade, atendendo-se primeiro à mãe do rio São Francisco, Minas Gerais, ou seja, temos de dar prioridade às necessidades do nosso povo. Depois, decidiremos se as águas do São Francisco irão para o Nordeste. Temos de pensar primeiro nos problemas de Minas Gerais; depois, nesse projeto megalomaniaco que trata da transposição, não permitindo que Minas Gerais tenha projetos importantes não viabilizados e bacias importantes do São Francisco morrendo, como a do rio Verde Grande. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Gil Pereira - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta, também bravo defensor da bacia do São Francisco.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Gil Pereira, parabeno-o por trazer essa preocupação. Vocês são do Norte de Minas, região do médio São Francisco, e nós, do Triângulo Mineiro, próximo a sua nascente. Compartilhamos com vocês esse pensamento de não permitir que o Governo execute projetos megalomaniacos, como esse da transposição do rio São Francisco, sem que, primeiro, cuidemos dele aqui, em Minas Gerais. Por isso, solidarizo-me com essa preocupação de V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)* - Ilustre Deputado Gil Pereira, todos conhecemos a sua grande capacidade de representar o Norte de Minas, área muito sofrida. A situação piorou agora com a notícia da extinção da SUDENE.

Neste momento, V. Exa. denuncia o estado de precariedade em que se encontra a discussão a respeito da transposição das águas do Rio São Francisco para atender às carências do Nordeste do País.

Nós, do vale do Mucuri, e as cidades aqui representadas, do vale do Jequitinhonha, estamos dando nosso apoio ao lúcido pronunciamento de V. Exa. Também nós, das barrancas do vale do Jequitinhonha, vivemos problemas semelhantes, não pela transposição, porque falta até água suficiente a ser transposta em atendimento a outras regiões. Mas é lastimável a maneira pela qual os Governos Estadual e Federal tratam o problema das águas fluviais em nosso País. Ainda hoje, os jornais estão estampando a falta de água que assola a região do vale do Mucuri e, por certo, do Jequitinhonha. Se medidas não forem tomadas, teremos problemas até mesmo de atendimento das necessidades de água potável para o consumo humano nessas regiões. Isso é fruto da omissão dos Governos. O Governador Itamar Franco, há nove dias, está passeando pelos Estados da Federação em busca de apoio para sua candidatura à Presidência da República. Tenho a certeza de que ainda não tratou da referida questão por considerar assunto secundário para o Governo de Minas, já que não interessa à sua candidatura, pois estaria prejudicando sua ambição de chegar à Presidência da República.

Parabeno V. Exa. pelo seu pronunciamento, hipotecando-lhe a solidariedade dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Solicito a V. Exa., ilustre Deputado desta Casa, representante do Norte de Minas, das barrancas do vale do São Francisco, que analise criteriosamente as ações do Governo que V. Exa. aqui defende. Obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Cumprimento-o, Deputado Gil Pereira, por sua fala, pela sua atuação em defesa do Norte de Minas. É grande a importância do rio São Francisco, que precisa ser preservado. Sabemos que temos ali o maior projeto de irrigação da América Latina. Temos um grande projeto de irrigação em Pirapora, também abastecido pelo rio São Francisco. Lutaremos pela implantação do Projeto Jequitá, porque sabemos que, através de projetos de irrigação, poderemos exportar frutos de primeira qualidade para todo o mundo. Parabéns pela sua fala.

O Deputado Gil Pereira - Agradeço ao Deputado Dimas Rodrigues. Gostaria de fazer um apelo à Oposição para que votemos o requerimento do Deputado Antônio Andrade, Líder do Governo, para que, hoje, esta Casa possa aprovar o Substitutivo nº 7, do Deputado Antônio Andrade, sobre o qual todos os partidos, da Situação e da Oposição, puderam opinar. Tenho a certeza de que esta Casa, hoje, vota esse projeto de relevância para nosso Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, jornalistas que cobrem esta Casa, senhoras e senhores que estão nas galerias, tenho acompanhado com preocupação o noticiário dos jornais. Sei que no mundo jornalístico quer parecer que a Assembléia Legislativa não está trabalhando ou que estamos fazendo obstrução por gosto em fazê-la.

Estamos aqui para, em poucas palavras, esclarecer à opinião pública que o que temos feito todos esses dias é buscar sensibilizar o Governo e sua Liderança nesta Casa para pontos primordiais do projeto de lei que extingue os fundos e dá destinação a eles.

A Bancada do PFL tem posição clara, que todo mineiro entenderá, tão logo tenha conhecimento dos detalhes. É isso que venho fazer aqui hoje. O PFL quer tão-somente que transformemos em oficial essa informação que a bancada está dando ao povo de Minas Gerais, através de sua liderança, nesta Casa, sobre o Projeto de Lei nº 1.271/2000, que autoriza o Governador do Estado a extinguir o Fundo SOMMA e, conseqüentemente, os outros fundos.

Com relação ao SOMMA, propriamente dito. (- Lê:)

"Tendo em vista o impasse criado na Assembléia Legislativa com relação ao Projeto de Lei 1.271/2000, provocado pela atabalhoada condução do processo por parte do Governo do Estado, e considerando: a clara intenção do Governador do Estado, expressa na mensagem que capeou o projeto de sua autoria, para extinguir o Fundo SOMMA; disposto na Lei nº 13.579, de 2/6/2000, que autorizou ao BDMG, sob supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda a: vender os títulos do Tesouro Nacional recebidos em pagamento de dívida contraída por município em decorrência de contrato formalizado com o Fundo SOMMA e condicionar a venda à integral aplicação dos recursos dela obtidos para integralização em espécie do patrimônio do Fundo SOMMA sob sua administração, com a finalidade de atender ao cronograma de desembolso de parcelas de financiamento a ser concedido pelo Fundo; a abusiva, impertinente e ilegal apropriação dos recursos apurados com a venda dos referidos títulos, em frontal e desrespeitosa desobediência ao que menciona a Lei nº 13.579, que determinou, uma vez que os recursos foram apropriados ao caixa único do Estado, e não, conforme fora autorizado pela Assembléia Legislativa, ao patrimônio do BDMG.

A Bancada do PFL aceita votar o Projeto de Lei nº 1.271/2000 mediante o cumprimento das seguintes condições: encerramento da CPI do Fundo SOMMA, com a competente apresentação de seu relatório para apreciação pelo Plenário; apresentação do Substitutivo nº 8, subscrito pela unanimidade dos membros do Colégio de Líderes, pelo qual seja dado o seguinte tratamento ao Fundo SOMMA: apurar o saldo em caixa, os valores já contratados, os empréstimos concedidos aos municípios e proceder ao levantamento do patrimônio no prazo de 30 dias a contar da vigência da lei, mediante publicação no diário oficial de toda a memória de cálculo realizada; do resultado encontrado da operação acima descrita, deduzir: R\$60.000.000,00 para pagamento da parcela anual, referente ao exercício de 2001, devida ao BIRD; R\$108.000.000,00, valores apontados em 31/12/2000, para pagamento à COPASA-MG; R\$2.000.000,00 para o FUNDERUR; R\$1.027.000,00 para o FIDHRO; o saldo restante, na data da publicação dos recursos apurados, considerando o patrimônio e as deduções referidas, destinar-se-á ao aumento de capital do BDMG, que passará a deter a titularidade do patrimônio dos fundos e de suas respectivas funções; os recursos futuros, provenientes do BIRD para as atividades dos fundos, integrarão, também, o capital do BDMG, para prosseguimento dos programas destinados à modernização institucional, aos saneamentos básicos e ambiental, de acordo com o Plano Estadual de Saneamento Básico, e à infra-estrutura urbana de municípios mineiros, exclusivamente para despesas de capital, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17/3/64; todos os contratos em andamento do Fundo SOMMA serão cumpridos pelo BDMG."

Essa é a proposta que o PFL faz.

Quero esclarecer à opinião pública de Minas Gerais que toda a celeuma criada se dá muito mais pela imprudência, pela insensatez ou pela vontade obstinada do Governo em ver a matéria aprovada rapidamente nesta Casa.

Não estamos aqui para criar problemas nem dificuldades; tanto é assim, que apresentamos a proposta agora, apesar de já o termos feito na semana passada, de forma extra-oficial; contudo não encontramos a ressonância esperada por parte dos representantes do Governo nesta Casa. Então, é preciso que se esclareça aos jornalistas em geral que não é a Oposição que está criando os embaraços; é o Governo que não se sensibiliza com os mínimos detalhes.

Estamos concordando com quase tudo. Só não concordamos com a eliminação de vez dos fundos, pois vivemos num Estado habilitado por pessoas. Para Minas Gerais, para as grandes e até para as pequenas cidades de Minas Gerais, extinguir um fundo de saneamento nada mais é do que decretar a sua falência definitiva.

Por isso aqui estou, em nome da bancada do meu partido, para dizer que não aceitamos mais aquela idéia de dizerem que concordam, mas não concordam. E não aceito mais ninguém da base do Governo atribuir à Oposição o fato de o projeto não estar sendo votado. Não está sendo votado porque querem com ele criar uma situação inaceitável por qualquer pessoa que tenha sensibilidade, e sensibilidade nós temos. É em seu nome que está aqui, agora, formalizada a proposta. Assim, espero contar com a sensibilidade daqueles que representam o Governo nesta Casa.

O PFL já tem o apoio do partido com o qual compartilhou todos os debates - o PSDB -; o PFL já contou com a solidariedade do PT, que nos auxiliou na inclusão de um desses requisitos, já que o PT tem uma visão geral da política de saneamento do Estado, e acabou por tomar essa iniciativa. Dissemos, semana passada, que formalizaríamos a proposta, e aqui está ela formalizada.

A partir de agora, quero ter oportunidade, junto a qualquer pessoa da base de apoio do Governo, de debater, mostrando aos telespectadores se é a Oposição que está atrapalhando e impedindo ou se é o Governo que, de forma insensível, quer empurrar goela abaixo da Assembléia Legislativa e da sociedade mineira a extinção dos Fundos.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Sebastião Costa, inicialmente quero parabenizá-lo pela clareza dessa proposta, que é coerente. Se houver boa-vontade e compreensão por parte da bancada de sustentação do Governo, chegaremos à votação desse projeto do SOMMA, sem dúvida nenhuma. V. Exa. diz, muito bem, que queremos que o projeto de saneamento ambiental e de modernização administrativa permaneça. Isso é o que o PFL, o PSDB e o PT defendem neste momento. Só quero fazer a observação de que não abrimos mão, definitivamente, dos trabalhos da CPI do Fundo SOMMA, porque são informações valiosas que devemos ainda levantar para que a sociedade não venha, depois, nos cobrar, dizendo que fomos omissos e que mais uma CPI acabou em pizza nesta Casa. É esse reforço que gostaria de fazer.

A proposta é coerente, a população está entendendo, a partir desse pronunciamento de V. Exa., que não estamos aqui para bloquear ou dificultar qualquer votação que seja, e, muito menos, para aceitar pressão de quem quer que seja. Queremos o bem dos mineiros e do Estado de Minas Gerais. Parabéns a V. Exa. por essa compreensão, por essa proposta, feita de público. Esperamos que haja compreensão, também, da base de sustentação do Governo.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Sebastião Costa, como Líder do PSDB, após ouvir a nossa bancada, também queremos dizer, de público, - pretendia fazê-lo inscrevendo-me no Grande Expediente, mas temo que o tempo não seja suficiente para isso - que o PSDB subscreve essa proposta de V. Exa. com muita alegria. Quero dizer também, de uma vez por todas, que fica claro para a sociedade que queremos votar, sim, mas não aceitamos que nos empurrem goela abaixo a proposta que o Governo entende que é melhor. Ainda que digam que querem remeter esse recurso todo para o BDMG, se observarmos o texto deles vamos perceber que vai segundo o interesse deles, num futuro que não sabemos quando. E estamos dizendo, então, a mesma coisa. Se é verdade que querem transferir esse recurso para o BDMG, então essa nossa proposta contempla isso. É exatamente isso que queremos dizer para a sociedade. Se é verdade que o Governo quer pegar o recurso, perto de R\$378.000.000,00, e alocar no BDMG para continuar o projeto de saneamento básico, está certo; a nossa proposta está dizendo exatamente isso. Só que achamos que agora a sociedade vai poder verificar, de fato, se esse proposta é a que o Governo quer ou se há outras intenções.

Para concluir, quero dizer que esse é um processo democrático, processo em que o Poder Executivo, junto com a base aliada, tem uma proposta, e a Oposição faz o contraponto, analisando, com rigor, não aquilo que interessa ao Governo, mas o que interessa à sociedade mineira com um todo. E é dentro dessa lógica que estamos fazendo essa proposta. Queremos votar. A Oposição está presente e tem essa proposta definitivamente formalizada. Depende do Governo, por sua base, sua Liderança, dizer se realmente quer fazer isso ou se é aquilo que suspeitamos, que é acabar definitivamente com todo recurso do SOMMA, com todo recurso do PROSAM, colocar tudo no caixa único, para extinguir o projeto de saneamento para o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradeço o aparte do Deputado Miguel Martini. Quero, neste momento, aproveitando a presença do Líder do PSDB, do Deputado Paulo Piau, que esteve ao meu lado neste instante, entregar, formalmente, esta proposta ao Líder do Governo e relator da matéria.

Consulto também ao Deputado Adelmo Carneiro Leão se deseja participar da entrega, neste momento, desta proposta para a votação da extinção dos fundos, a fim de acabar com esse proselitismo que já está cansando. A sociedade espera uma definição, que está apresentada neste documento. Não depende mais de nós. Depende do Governo e de sua base nesta Casa.

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o projeto original de extinção do Fundo SOMMA chegou a esta Casa em meados de novembro passado, portanto, há mais de quatro meses. Aqui, neste Legislativo, foi amplamente discutido, recebeu dezenas de emendas, tanto de parlamentares da Situação quanto da Oposição, e, em razão disso, a proposta foi amplamente aperfeiçoada. Podemos dizer, sem medo de errar, que o projeto de lei em discussão nasceu e tem a cara do Legislativo.

Inicialmente, o Governo extinguiu apenas o Fundo SOMMA, repassando todos os recursos para o caixa único do Estado. Depois de vários debates em reuniões de Líderes, nas comissões, no Plenário, ou onde quer que tenham ocorrido, temos uma proposta que é o espelho do que pensam os Deputados e Deputadas. Sempre estivemos dispostos a ouvir sugestões e críticas, ainda que algumas delas estivessem carregadas de sentimentos que não traduziam o espírito conciliador que sempre caracterizou Minas Gerais e os mineiros.

A proposta em apreciação, como já pudemos dizer, canaliza recursos para o BDMG, assegurando ao caixa do Estado verbas para que o Governo cumpra o pagamento de dívidas contraídas em nome desses fundos, onerando ainda mais o caixa estadual. Depois de dias de debates, os mineiros perguntam: O que deseja a Oposição?

Solicito ao Líder do PFL, que está coordenando, com a Oposição, esse entendimento, que me apresente a proposta, a fim de, desta tribuna, comentá-la. Na semana passada, após perguntar à Oposição, por várias e várias vezes, o que desejava ser discutido, absolutamente nada me foi apresentado. Na quinta-feira, após perguntar reiteradas vezes qual artigo do projeto deveria ser suprimido ou modificado, qual emenda deveria ser acrescentada, a Oposição entregou-me um documento em que constavam algumas propostas possíveis de ser encaminhadas. Naquela mesa, juntamente com o Líder do PFL, indaguei do Deputado Miguel Martini se essa era a proposta dos três partidos, PFL, PSDB e PT. O Deputado disse que precisava consultar os demais membros antes de dar uma resposta, que fiquei aguardando.

Vejo, agora, com alegria e entusiasmo, que os três partidos encaminham uma proposta que, se estiver dentro dos princípios desta Casa, será discutida e, talvez, leve a um entendimento.

O que não pode é o Deputado Sebastião Costa dizer que esta Casa não votou um projeto do Governo, que está há mais de quatro meses nesta Casa, porque a Situação não quis entendimento. Entendimento com o quê? O projeto, do qual sou relator, contemplou emendas de todos os partidos políticos, do PSDB, do PFL, do PT e contemplou parte do substitutivo dos Deputados. Depois começou a haver um processo de obstrução sem nenhuma proposta de entendimento. Ouvi quase todos os pronunciamentos feitos desta tribuna e não ouvi proposta de entendimento. Agora estou vendo a primeira. Vou analisá-la, juntamente com os Deputados da base governista, e, se possível, vamos aceitá-la. O que não pode acontecer é transferirmos todos os recursos do Fundo para o BDMG e o Governo ter que buscar no Tesouro Nacional recursos para pagar as dívidas do Fundo ao BIRD e à COPASA, tirando desse mesmo Tesouro recursos que iriam para o social, para a saúde, para o funcionalismo, para capitalizar em demasia uma instituição financeira em prejuízo de ações sociais, voltadas para a educação, a saúde. É isso que a base de Governo entendia que não podia acontecer. Se a proposta for repassar recursos para o BDMG, assegurando o pagamento do BIRD e assegurando o compromisso com a COPASA, podem ter a certeza de que o Governo acata. Então, o entendimento é com esse princípio básico: não vamos capitalizar em demasia uma instituição financeira em detrimento do caixa do Governo, que tem compromisso com o social, com a saúde, com a educação. Se a proposta for nesse sentido, vamos aceitá-la. O que não podemos é passar a titularidade dos contratos para o BDMG, ao Senado Federal e ao Banco Central, e não sabíamos se, com a extinção do Fundo, teríamos a garantia de que a Prefeitura de Belo Horizonte iria fazer jus à parte desse recurso para terminar as obras da Av. Pedro II.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Nobre Deputado Antônio Andrade, gostaria de cumprimentá-lo por seu pronunciamento e gostaria de acrescentar que esse projeto, como já anunciado por V. Exa., está aqui desde o ano passado, e todos tivemos oportunidade, quer nas Comissões quer em Plenário, de tomar conhecimento desse projeto e de sugerir aperfeiçoamento ou mudanças. Quero revelar que assim que o projeto entrou na Casa cheguei a conversar com alguns Prefeitos, e a minha primeira posição foi a de ser contrário, exatamente porque preocupou-me um aspecto do projeto em relação a uma obra importante de Belo Horizonte, que é a abertura da Av. Pedro II, prometida desde a época em que eu era Vereador. Isso já havia sido solicitado pela Prefeitura de Belo Horizonte ao BDMG, ao Senado Federal e ao Banco Central, e não sabíamos se, com a extinção do Fundo, teríamos a garantia de que a Prefeitura de Belo Horizonte iria fazer jus à parte desse recurso para terminar as obras da Av. Pedro II.

Portanto, quero dizer que, naquele momento, muito embora até como base do Governo nesta Casa, fui contra o projeto. Mas, no entanto, estudei o projeto e o aperfeiçoei por meio de emendas, na Comissão de Fiscalização Financeira e, posteriormente, em Plenário. E V. Exa., inclusive, como relator do último substitutivo, acata a sugestão que fiz.

Quero aproveitar a oportunidade para comentar sobre notícias veiculadas na imprensa dizendo que não temos votado absolutamente nada na Casa. É evidente que podemos até não estar votando, mas estamos cumprindo com o nosso dever, na medida em que estamos discutindo o assunto. Como já vi esse filme anteriormente, quero, como alguém que já é parlamentar há 18 anos - 16 como Vereador e 2 como Deputado, como ex-Vice-Presidente da União dos Vereadores do Brasil e hoje distinguido pelos meus colegas, como o foi o

Deputado Miguel Martini, faço também parte da UNALE -, mais uma vez, dizer que ninguém mais do que nós dois desejamos um fortalecimento deste Poder. Quero dizer que está na hora de votar mesmo que seja contra, mas é importante votar. Até mesmo porque, infelizmente, a opinião pública acha que, pelo fato de não estarmos votando esse projeto, não estamos fazendo nada.

Isso não é verdade; a realidade é outra. Acho que de certa forma, independente de qualquer coisa, o projeto já teve o tempo suficiente para os Deputados se posicionarem a favor ou contra. Inclusive para aperfeiçoá-lo, como o fiz, consultando a Prefeitura de Belo Horizonte. Hoje no escopo do projeto está garantido que, com a extinção do Fundo SOMMA, vamos finalmente dar prosseguimento às obras da Av. Pedro II.

O Deputado Antônio Andrade - Deputado, complementando as suas palavras, quero dizer que o substitutivo que está em votação é muito melhor do que era anteriormente o programa do SOMMA, quando apenas as Prefeituras com maior poder aquisitivo, renda "per capita", tinham acesso ao SOMMA. É o caso da Prefeitura de Ipatinga, que levou R\$17.800.000,00 do Fundo SOMMA. Sua receita é muito melhor que a de outros municípios, que não têm como fazer frente às deficiências na área de saneamento básico.

Ouvi um Deputado desta tribuna dizendo que o Projeto SOMMA era levado sem nenhuma política, dizendo que se liberou para a Oposição. Naquele momento, o PT havia apoiado o Eduardo Azeredo. Então, não era Oposição, era Situação. O Prefeito de Ipatinga foi o primeiro do PT a apoiar o Eduardo Azeredo.

Quero dizer que a base do Governo entende que se deve votar o projeto e fez todos os esforços para buscar o entendimento. O que não se pode, de forma nenhuma, é a Oposição ocupar a tribuna e dizer que se não votou foi porque a base do Governo não quer. Não houve votação, porque até meia hora atrás não tinha havido nenhuma proposta para melhorar o projeto.

Estou de pleno acordo com a emenda apresentada pelo PT. Apenas disse que havia necessidade de haver a assinatura de todos os Líderes. O Líder que não aceitou assinar a emenda do PT não foi do PMDB, do PDT nem do PL, foram os Líderes do PSDB, como disse o Adelmo. Acho que a emenda do PT vai dar maior transparência ao projeto.

O projeto ainda não foi votado porque a Oposição obstruiu. Mas, até o momento, nenhum Deputado que esteve nesta tribuna fez correção em qualquer artigo ou item do projeto ou apresentou proposta que pudesse ser aceita. A primeira sugestão que recebi vou analisá-la e ver se há possibilidade de aceitá-la. Se for proposta que venha capitalizar em demasia o BDMG, em detrimento de uma política social de educação, de saúde, vamos fazer porque já estão garantidos no projeto R\$336.000.000,00, para dar continuação ao programa.

Todos os recursos já financiados que vão retornar por meio dos financiamentos serão destinados ao BDMG, para dar continuação ao programa. A partir do ano que vem, tudo o que o SOMMA, o PROSAM e todos os outros Fundos devem aos organismos internacionais será bancado pelo Tesouro Estadual, que, no ano que vem, vai bancar 100% de todos os recursos que o SOMMA obteve junto aos Bancos internacionais. Dará continuação a um caixa rotativo de mais de R\$336.000.000,00.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Primeiramente, Deputado Antônio Andrade, V. Exa. se lembra de que, no Salão Vermelho, sentamos até com vários outros Deputados...

O Deputado Antônio Andrade - E V. Exa. não colocou uma letra no papel para fazer uma proposta.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Estavam presentes, inclusive, o Deputado Sebastião Costa, eu e outros. A Fátua, sua assessora, pegou determinados pontos que discutimos e disse assim: "Agora nós vamos avaliar se é possível acolher isso ou não". Essa é a primeira questão.

A segunda questão: o PSDB tem, juntamente com o PT e o PFL, um substitutivo. Então, temos uma proposta, sim, que já está protocolada.

O Deputado Antônio Andrade - Grande parte dela acatada.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Temos propostas, sim.

O Deputado Antônio Andrade - Se acatada, não precisa discutir.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - O que estamos fazendo é um esforço ainda maior, diante do impasse. Estamos sendo mais benevolentes ainda, aquiescendo até na transferência de aproximadamente R\$180.000.000,00.

O Deputado Antônio Andrade - Deputado, confirme o que eu disse. Eu disse que V. Exa. não aceitou, quando perguntei se essa era a proposta dos três partidos. V. Exa. falou que tinha de consultar os partidos, porque ainda tinha que rever.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - V. Exa. acabou de dizer que vai consultar a base a respeito dessa proposta. Eu, como Líder, não tomo decisão. Tenho de consultar os outros Deputados.

O Deputado Antônio Andrade - Então, não foi proposta de papel. Se fosse proposta, não precisaria consultar os Deputados.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Tenho de consultar os Deputados do meu partido. Lá temos democracia. A nossa prática não é o Líder decidir. Lá a prática é ouvir todos os Deputados. E foi o que fizemos.

Agora, sim. Hoje, pela manhã, fizemos uma reunião. Temos, agora, uma posição clara a respeito disso.

O Deputado Antônio Andrade - V. Exa., antes de colocar no papel, deveria ter consultado os seus Deputados.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado, esses pontos aqui são praticamente os mesmos, com alguns detalhes diferentes, que apresentamos no Salão Vermelho. Estamos refazendo o texto para apresentar à imprensa, para que não digam que fez, não fez, fez isso, não fez aquilo. É claro que, nessa proposta...

O Deputado Antônio Andrade - E, se for plausível, nós vamos aceitar. Não tive condições...

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Estão incluídos nessa proposta todos aqueles que já foram contemplados, como, de três em três meses, remeter para a Assembléia Legislativa. Estamos colocando aqui os pontos que eram divergentes. É claro que aqueles congruentes, estamos acolhendo como certos. Então, dentro do substitutivo, não é somente isso aqui. São os pontos que eram divergentes. É isso que queremos ver.

O Deputado Antônio Andrade - Deputado, só uma pergunta: esses pontos que os três partidos colocaram aí, agora, estão dentro do substitutivo que vocês fizeram?

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Sr. Presidente, é só para dizer que sim, eles estão, mas aqui estão mais avançados ainda. Essa é conciliatória.

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, só mais uma pergunta. Sobre os pontos que colocaram, quero perguntar se estão contemplados nos substitutivos apresentados pelo

PSDB e PFL.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa, visitantes, estamos discutindo a aprovação ou não do Fundo SOMMA. Achemos de suma importância o Governo do Estado poder dar prosseguimento a sua política de saneamento. Mas gostaria de ocupar esta tribuna, hoje, para trazer outro assunto de grande importância para Minas Gerais, em particular para os municípios pobres.

V. Exas. se recordam quando, no ano passado, esta Casa se mobilizou. Constituiu-se uma comissão e fomos a Brasília para anular uma injustiça que o Governo Federal estava prestes a fazer com Minas Gerais, sobretudo com os municípios pobres. Refiro-me ao Projeto Alvorada. Nessa ocasião, tivemos êxito. Minas, por meio dos parlamentares de todos os partidos, se uniu, e o Governo Federal voltou atrás e incluiu os municípios mineiros com Índice de Desenvolvimento Humano abaixo de 0,5% no programa.

Uma grande esperança tomou todos nós, principalmente as famílias necessitadas de políticas públicas, nas áreas da saúde, da educação, do saneamento básico, da geração de emprego e renda, da agricultura, enfim, em todas as áreas que podem trazer uma qualidade de vida melhor.

Este ano, o Governo Federal anunciou as primeiras liberações do Projeto Alvorada, e alguns Estados do Nordeste já começaram a receber os recursos, como Pernambuco, Alagoas e o Ceará. Em Minas Gerais, a imprensa noticiou que algumas ações, principalmente na área de saneamento básico, já se iniciaram. Entretanto, qual não foi o nosso espanto, senhoras e senhores, ao constatarmos, mais uma vez, que esses recursos podem chegar pela metade a nossas regiões, pois alguns lobistas, agenciadores de dinheiro público, têm procurado os Prefeitos e os agentes políticos, para oferecer-lhes facilidades a fim de receberem o que lhes é de direito.

Nós, dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, do Norte de Minas, que temos compromisso com essa região, onde nascemos e fomos criados, já assistimos a esse filme várias vezes e sabemos bem o que são capazes de fazer esses facinoras da política mineira. E o que mais nos entristece é o fato de alguns colegas parlamentares federais estarem por trás desses "laranjas", que se apresentam para roubar os recursos destinados a nossa região.

Esta Casa não pode aceitar pacificamente mais esse roubo do dinheiro público, mais essa enganação do povo pobre. Vamos tirar o suco desses "laranjas", para entregá-lo à Polícia Federal.

O Deputado José Braga (em aparte)* - Deputado Márcio Kangussu, V. Exa. está tratando de um assunto com grande conhecimento e perfeição. Devido à sua preocupação com sua representação, V. Exa. convidou a mim e a outros Deputados para que o acompanhássemos naquele processo difícil de mudar o quadro, fazendo constar na lista os municípios em que trabalhamos e que conhecemos de perto. Qual não foi, então, nossa surpresa, ao recebermos a primeira parte do projeto, que veio de uma forma bastante diferente da esperada. Até agora, não temos certeza de como colocar os municípios na lista, a fim de que disponham desse recurso, principalmente porque há critérios de distribuição de renda dos programas do Governo Fernando Henrique Cardoso, como foi feito no Comunidade Solidária e no PRONAF.

Principalmente, neste instante em que há uma melhoria nos pontos do IBOPE a favor do Presidente, todos os programas vêm com o foguetório natural. No entanto, notamos que a maioria dos municípios pobres não foram contemplados com recursos. Assim como nós, V. Exa. sabe que os municípios são divididos em grupos que recebem os recursos em diferentes períodos, mas nem isso foi respeitado. Não aceitamos a explicação de que isso ocorreu devido aos índices, que não batem com a realidade.

Por isso, gostaria de parabenizá-lo por seu discurso e solidarizar-me com V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu* - Agradeço ao Deputado José Braga. Acrescento que algumas cidades que receberão esses benefícios já foram procuradas por esses agentes do dinheiro público, com a licitação viciada, e algumas firmas já estão fazendo a cobertura da proposta das outras que irão ganhar. São informações da imprensa e de Deputados Federais. Isso entristece e envergonha pessoas como nós, que defendemos o interesse público.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Deputado Márcio Kangussu, V. Exa. tem toda a razão de indignar-se, porque todos fomos feitos de palhaços quando estivemos em Brasília e quando recebemos as autoridades federais para discutir as condições técnicas para a liberação das verbas do Projeto Alvorada. A verdade é que essa liberação está sendo feita utilizando-se o pior dos critérios, ou seja, o puramente político.

O Deputado Márcio Kangussu* - Se esse critério fosse só político, seria melhor. Mas o adotado é amoral.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Estão sendo levados em conta interesses econômicos de empreiteiras que negociaram esses recursos em Brasília. Estão oferecendo esses recursos dessa forma. A indignação de V. Exa. é a de toda esta Casa, porque fomos feitos de palhaços nas discussões, nos debates e nos critérios de liberação. Estamos vendo a falcatura e a corrupção imperarem. Esse será um prato cheio para que a futura CPI federal da corrupção prove os desvios dessa natureza.

O Deputado Márcio Kangussu* - Colaboraremos com isso.

O Deputado Paulo Piau (em aparte)* - Deputado Márcio Kangussu, parabeno-o por trazer um assunto que merece ser debatido nesta Casa, mas, sobretudo, tem de ser debatido em Brasília. Registro a minha indignação com relação a um artigo de um jornal mineiro desta semana, mostrando que o Presidente Fernando Henrique Cardoso usou todas as suas armas para impedir a CPI da Corrupção. Essa denúncia que V. Exa. fez, envolvendo os Deputados Federais, é gravíssima. Apesar de toda crítica feita a Antônio Carlos Magalhães, ele enfrentou o Judiciário, impôs uma CPI e desnudou aquela "seriedade" que existia nesse Poder. Então, veio dar uma contribuição à sociedade, juntamente com os partidos da esquerda, ao propor a CPI da Corrupção. Será que um Presidente da República que tenta impedir a CPI da Corrupção merece governar este País? Deveria ser a primeira pessoa a pedir a instalação de uma CPI para apurar tudo. Em Brasília está o antro da corrupção. Parabéns por trazer esse assunto a esta Casa, com tanta coragem.

O Deputado Márcio Kangussu* - Obrigado, Deputado Paulo Piau. Mais uma vez, chamo a atenção do parlamento e de toda a sociedade mineira. Nós, que fazemos política nas áreas pobres de Minas Gerais, como o Deputado Kemil Kumaira, que, há vários anos, presta serviço ao Jequitinhonha e ao Mucuri, estamos indignados com isso. No ano que vem, haverá eleição. Este ano é véspera de eleição. Então, os pára-quadistas e os agenciadores começam a agir. Mais uma vez, engana-se o povo. Não aceitaremos isso.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Cumprimento-o e apoio a sua posição. Esses projetos do Governo Federal são sociais e de combate à pobreza, mas está havendo muito apadrinhamento. Há pessoas que estão pegando carona nesse trabalho que foi feito por V. Exa. e por esta Casa.

Temos que ter cuidado para que o povo tenha a consciência dos recursos que virão, já que não é favor, e sim direito, principalmente no tocante ao Norte de Minas e ao Jequitinhonha.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)* - V. Exa. retrata com propriedade a corrupção que está se alastrando pela região que ambos representamos nesta Casa, quais sejam as do vale do Mucuri e do vale do Jequitinhonha. Quanto mais pobre a região, mais fácil é o trabalho danoso, criminoso, de pessoas que agem na calada da noite para surrupiar não apenas os míseros recursos que ali chegam àquela localidade, mas também a esperança de seu povo de estar sob a égide de governos honestos e comprometidos com o futuro do País.

Também acompanhei, pela imprensa, a denúncia de que lobistas já estão atuando com desenvoltura, sem receio de que sejam pilhados nessa arte criminoso. Temos que transformar a tribuna da Assembléia em verdadeira trincheira a fim de debater e defender os interesses maiores do nosso povo. Temos de ter a coragem de fazer denúncias a todo instante, doa a quem doer. Não podemos estar de acordo com o Presidente da República, que tenta impedir a instalação da CPI da Corrupção, pois estamos sofrendo as conseqüências desse mal, que vem se alastrando em todos os segmentos da vida nacional. Embora pertença ao partido do Presidente da República, nesse ponto estou totalmente em desacordo com as suas instruções, assim como também estão homens ilustres, como o Senador José Alencar, que representa com dignidade o povo mineiro e que assinou documento que dá ao Governo o direito de comprovar sua honestidade, porque a CPI não vai apenas mostrar que o Governo se encontra num mar de lama, terá a oportunidade de demonstrar que ele não participa dessas falcaturas.

Aqui, nesta Assembléia, é necessário que se instale uma discussão permanente a fim de que sejam denunciados os fatos que comprometam a honradez dos homens públicos de Minas Gerais. Nosso Governador Itamar Franco, que esteve nove dias viajando pelo País, para divulgar sua candidatura à Presidência da República, deve falar, não somente em Brasília ou em outro local, que é contra a corrupção, porque aqui, em Minas Gerais, a situação não é diferente. Em todos os órgãos públicos do Estado, em todas as Secretarias de Estado, existe corrupção, e o Governo mineiro precisa tomar providências para que esse mal não continue a se alastrar pelo nosso Estado.

O Deputado Márcio Kangussu* - Como já existe nesta Casa a CPI do Crime Organizado, quero pedir a V. Exa. que isso seja incluído na pauta dessa comissão, porque é crime organizado o fato de Deputados Federais, lobistas, vagabundos corromperem pobres Prefeitos, em alguns casos, agindo de má-fé. Mas esta Casa estará vigilante e presente para não permitir isso. Infelizmente, Deputado Dimas Rodrigues, não posso ouvi-lo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ermano Batista - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos prestar hoje um tributo à inteligência, à determinação e à disciplina. Dra. Advane de Souza Moreira é uma das novas Procuradoras do Trabalho. Qual é o segredo dessa jovem campeã mineira de concursos que, concorrendo com seis mil candidatos no disputadíssimo e difícil certame para a Procuradoria do Trabalho, de âmbito nacional, classificou-se em meritório segundo lugar, superando até mesmo luminas das ciências jurídicas no País?

Nascida em Belo Horizonte, Dra. Advane fez seus estudos sempre em escola pública, desmentindo a tese de que a vitória apenas sorri para os privilegiados que podem estudar em estabelecimentos particulares. A vocação jurídica veio-lhe precocemente, irmã gêmea de um ânimo combativo que, desde a mocidade, abominava a desigualdade e queria a justiça com o mesmo ardor dos amores de adolescente. Num mundo dominado pelo espírito de rebanho e pela padronização dos comportamentos, esse inconformismo lhe terá valido, muitas vezes, o rótulo de rebelde. Rebeldes, entretanto, foram sempre as grandes almas que, vislumbrando horizontes muito além de seu tempo, deram contribuições efetivas para o desenvolvimento da história humana.

A filha do Sr. Amaro Moreira da Silva e de Dona Dalva, pais que têm motivos de sobra para nutrir um justo orgulho e a quem cumprimentamos neste momento, iniciou sua carreira de sucesso ao vencer rigorosa seleção para integrar, como servidora, os quadros do Tribunal Regional Eleitoral. O temperamento inquieto, entretanto, não a deixou acomodar-se.

Em 1987, buscando ampliar as possibilidades para utilizar sua inteligência de escola e dar vazão a uma incontida vontade de participar da construção de uma sociedade mais justa, ingressou, mediante concurso de provas e títulos, no quadro de funcionários da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no cargo de Oficial de Apoio.

É bem conhecida a tradição desta Casa no que se refere ao rigor com que promove seus concursos. Graças a isso, nosso corpo funcional é reconhecido pela competência e pela seriedade com que desempenha a nobre missão de oferecer suporte à elaboração político-parlamentar.

Para a Dra. Advane, entretanto, os desafios sempre foram um estímulo, e personalidades como a sua não costumam se intimidar diante dos obstáculos. Algum tempo depois, já graduada em Direito, a jovem doutora concorreu ao cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria da Assembléia de Minas, tendo sido aprovada com destaque. Nas novas funções, emprestou a capacidade e o brilho de sua inteligência poderosa à Secretaria-Geral da Mesa, assessorando de perto o processo legislativo. Posteriormente, transferiu-se para a Área de Consultoria Temática, onde desenvolveu um memorável trabalho, de apoio às atividades das comissões e do Plenário.

Recentemente, disputando com mil candidatos, foi aprovada, em quarto lugar, no concurso para Juiz do Trabalho, passando a exercer a magistratura na Capital Federal.

Este Poder se sente muito honrado de ter tido a Dra. Advane como integrante de seus quadros técnicos. É um bom exemplo da qualidade de nossos servidores, fator indispensável para que a Assembléia de Minas conquistasse a liderança entre suas congêneres e despontasse como modelo de modernidade e compromisso com o povo para o Brasil inteiro.

Se estamos felizes, Sr. Presidente, com o êxito de nossa ex-Consultora, ele nos desperta para uma realidade preocupante. Na verdade, temos perdido ótimos talentos para outras instituições e, a menos que se leve a cabo uma política de pessoal competitiva, corremos o risco de nos ver desfalcados do nosso mais valioso bem: o capital humano, que contribui para a eficácia das ações parlamentares.

Parabéns, Dra. Advane. Que, na nova missão de zelar pela prevalência da justiça nas relações entre o capital e o trabalho, a competência e a combatividade, marcas registradas de sua atitude pessoal perante a vida, lhe assegurem sucesso e satisfação crescentes. É de gente assim que este País precisa.

O Deputado Paulo Pettersen* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço a aquiescência do ilustre Deputado Ermano Batista, porque estou preocupado como os que aqui me precederam, os Deputados Márcio Kangussu e Kemil Kumaira, com a crise moral que atinge o País, o posicionamento de políticos de nosso Estado nessas grandes decisões, e também, por que não?, com as suas ações.

O motivo pelo qual venho a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é levar ao conhecimento de V. Exa. o que um grande estadista pode fazer - e sempre fez - pelo nosso Estado. Nessas horas mais difíceis que o País está vivendo, de crise moral, os parlamentares devem ficar ao lado da justiça e da voz, ainda que rouca, do povo. Lerei carta do Senador José de Alencar, que demonstra a iniciativa e a lucidez desse Senador de nosso Estado. (- Lê:)

"Caríssimo e eminente amigo, Presidente Fernando Henrique Cardoso, minha cordial visita.

Honrado pelo telefonema com que me distinguiu, ontem à noite, cumpro o dever de cientificar-lhe sobre algumas razões que me levam a pensar que devo assinar o requerimento de que falamos, e o faço pela juntada de cópia do pronunciamento que faria da Tribuna do Senado e que não farei mais, ainda que continue seguro de que deva assiná-lo.

Sei que irá compreender as minhas razões e aproveite para confirmar-lhe o meu maior apreço, admiração, estima e respeito. Do patricio mineiro, José de Alencar."

Lerei agora o discurso que faria da tribuna e que, a pedido do Presidente da República, deixou de fazer. Mas hoje, pela manhã, assinou o requerimento da CPI da Corrupção, como Senador de Minas. (- Lê:)

"Sr. Presidente, Srs. Senadores, a sabedoria popular - esse "saber de experiências" feito na lírica definição camoniana - representa um suporte permanente e precioso na ação parlamentar. Conhecer o que a gente do povo pensa, o que a gente do povo sente e diz é importante, é imprescindível para o político verdadeiramente compenetrado de sua missão.

Em meus contatos habituais com a minha gente, com os meus coestaduanos de Minas Gerais, recolho sempre inspirações proveitosas para o trabalho que me cabe desenvolver no Senado da República.

Procuo manter-me atualizado com relação aos sentimentos e às aspirações populares autênticos e genuínos.

Sei não estar trazendo novidade à consideração de meus pares, quando faço este registro acerca da atenção que o homem comum dispensa costumeiramente aos acontecimentos da vida pública nacional. Acontecimentos, muitas vezes, em seu entendimento, de complexa interpretação, mas que acabam por influenciar e afetar, de um jeito ou de outro, a sua rotina de vida.

Essas percepções de como funciona o sentimento das ruas não passam, de modo algum, despercebidas, tenho certeza, aos ilustres Senadores. Se dou ênfase ao óbvio é para proclamar que a intuição popular é poderosa e não falha e que não podemos nunca, na atividade pública, nos esquecer disso. Ignorar a intuição popular é erro. Erro punido pela história, como tantas vezes já se viu.

Estou retornando de uma série ampla de contatos com amigos, com eleitores, com gente do povo de todos os segmentos sociais. Trago desses contatos uma certa convicção. A perplexidade é geral. De espanto em espanto, provocada pelo noticiário desconcertante do dia-a-dia, a opinião pública brasileira está possuída hoje de muita perplexidade. São ocorrências perturbadoras, pode-se afirmar, diárias. As manchetes se ocupam, o tempo todo, de denúncias, de escândalos, de malversações do dinheiro público, de acusações graves. Isso chega até o cidadão do povo, a dona-de-casa, o lavrador, o operário, com um impacto estrondoso. Desencadeia, no espírito de cada um, estranheza, indignação, dúvida, frustração.

Não é difícil imaginar uma cena em que fique retratado esse estado de espírito agoniado. O chefe de família laborioso que tanto se esforça por desempenhar a contento seu papel na vida comunitária, se pergunta, várias vezes, o que anda acontecendo. Por que razão os seus problemas do cotidiano, afetos à administração pública, encontram tantos embaraços e dificuldades de solução?

O chefe de família começa, então, a fazer associações das questões insolúveis que o atormentam com os nomes de personagens ilustres da vida pública, pessoas que freqüentam o seu apreço e admiração, em quem votou com entusiasmo e que estão sendo apontadas, talvez injustamente, em denúncias e acusações sérias.

O dilema se instala. É verdade o que está sendo divulgado? É mentira? No mais das vezes, na troca áspera de palavras, no fogo cruzado das críticas e das respostas às críticas, que ele acompanha na mídia, essas indagações permanecem sem resposta. O chefe de família não entende que denúncias tão graves sejam lançadas sem os conseqüentes desdobramentos, sem a elucidação cabal e completa dos fatos. Ele não aventura juízos prévios de valor. Não entra, na maior parte dos casos, no mérito da questão publicamente e calorosamente discutida. O que mais desconforto lhe traz é perceber que as denúncias ficam soltas no ar.

O nosso chefe de família é um homem de bem. Cultiva o senso de justiça. Vive, por esse motivo, sensação de mal-estar, ao supor possa ser falsa ou im procedente a acusação envolvendo político que aplaude e admira, em quem sempre votou. E aí indaga: por que não levar as apurações do fato, de todos os fatos denunciados, até as conseqüências derradeiras, até o esclarecimento definitivo e cabal de tudo? A simplicidade do raciocínio traz a assinatura da genuína sabedoria popular. A perplexidade das pessoas comuns, nascidas dessa avalanche de denúncias que invade a nossa mídia e as nossas tribunas, só tende a crescer e transformar-se numa reação mais contundente, caso sejam interceptadas as iniciativas de apuração e elucidação dos fatos.

Chegamos a um momento na vida brasileira em que vacilações e hesitações quanto aos rumos a serem assumidos por nós não vão ser toleradas nem absorvidas pela opinião pública.

Não se trata de tomar partido nos questionamentos. Não se trata de estabelecer préjulgamento a respeito de ninguém, a respeito de qualquer homem público. Não se trata de aceitar previamente, açodadamente, intempestivamente, como nocivo ao interesse nacional, esse ou aquele ato praticado pela administração, apontado em denúncia pública de qualquer origem. Nada disso. Não se trata de ficar ao lado de A ou B, dessa ou daquela facção ou corrente, surpreendidas em aberta desavença na condução de temas polêmicos. Nada disso.

O que se pede e se recomenda, com serenidade e bom-senso, é que não se deixe tudo permanecer como está para ver como é que fica. Não. Não mesmo, depois de tantas trovoadas e abalos estremeceadores.

Se a explicação é incompleta e insatisfatória, se a conclusão pelos processos normais de apuração não vem, todos os dilemas, dúvidas, desconfiânças possíveis continuarão povoando e enodoando a vida pública.

Lideranças importantes continuarão a enfrentar o descrédito popular. Poderão ser condenadas, antecipada e intempestivamente, sem que definida, na instância própria, sua inocência ou culpabilidade.

A Casa será julgada incapaz por não saber agir em sintonia com o sentimento e a intuição populares.

A clareza das coisas administrativas e políticas faz parte da essência democrática.

Como democrata que acredita na vocação de grandeza de meu País; como brasileiro que vê no comportamento ético, na probidade e justiça social um roteiro de atuação política indesviável na busca da prosperidade nacional; como cidadão interessado na transparência das atividades na vida pública e desprovido de qualquer intenção de estabelecer prévio juízo de valores; como ser humano despojado de sectarismo e espírito de facção ou qualquer outro sentimento menor, desejo anunciar firme e inabalável disposição de dar voto favorável, como Senador da República pelo Estado, a todo e qualquer pedido de abertura de inquérito parlamentar que concorra para desfazer o clima de apreensão e desencanto que tomou conta, em nossos dias, da população brasileira.

Ajo assim consciente de ser esse o melhor e único caminho para se solucionar, mais rapidamente, as questões tormentosas que aí estão e para se dar resposta convincente e satisfatória aos anseios e esperanças de nossa brava gente brasileira".

Esses são os dizeres do Senador José Alencar explicando para o Presidente da República que é seu admirador, mas que não poderia deixar de assinar aquela CPI. A sociedade exige que nós, homens públicos, não esmoreçamos nem nos afastemos daquilo que se deve apurar e que o homem público jamais terá o direito de esconder.

E essa atitude do Senador José Alencar, podem ter certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, jamais seria surpresa para nós, porque ele é ouvido aqui, em nosso Estado, e fora dele, pela sua respeitabilidade, credibilidade e defesa incontestada dessa democracia da qual precisamos para promover o bem-estar da família de Minas e da sociedade brasileira.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Senador José Alencar, com esse gesto, busca ainda mais demonstrar, para esperança do povo desta Nação, que em Minas existe um Senador que busca, fala e atua como cidadão genuinamente empenhado na defesa incontestada dos interesses nacionais.

Minas, por muito relegada que esteja, com o gesto e com o trabalho do Senador José Alencar, mesmo nessa situação, ainda é e sempre será respeitada. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 27/3/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.963, 2.018, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminados:

Gabinete do Deputado Ermano Batista

nomeando Paulo César de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Gabinete do Deputado Pedro Pinduca

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - "Diário do Legislativo", edição de 8/3/2001, que nomeou Sílvio Alves da Cruz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas;

exonerando Neuza Maria de Assis Manço do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas.